SANTA CASA DA MISERICÓRDIADETONDELA

Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento de uma obrigação legal e estatutária, apresentamos à Assembleia Geral o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano de 2024. O Plano e o Orçamento refletem as condições de incerteza que se irão desenvolver ao longo do próximo ano. Sabemos que o governo tem apoiado as famílias, mas desconhecemos se vão existir apoios específicos que contribuam para diminuir o desequilíbrio dos défices das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Esta apresentação é feita num ambiente de grande preocupação da política internacional, motivada pelo conflito de guerra na Europa e no Médio Oriente. Se a isso acrescentarmos a situação na União Europeia, a inflação de preços com impacto brutal nos custos, nomeadamente, da alimentação (**o cabaz alimentar continua a aumentar e com a previsão de acabar com a taxa de IVA a 0% para os géneros alimentares, ainda mais se agravará**), da imprevisibilidade da evolução dos custos da energia e do aumento dos salários (***a título de exemplo*** a Retribuição Mínima Mensal Garantida-***RMMG em 2024 passa para 820,00€, mais 7,89%, em relação a 2023)***, que vão provocar um esforço acrescido na tentativa de manter a motivação dos nossos profissionais, vemos como são difíceis os desafios que estamos a viver.

Entretanto, tivemos a surpresa da crise política, motivada pela demissão do senhor primeiro ministro, com a consequente convocação de eleições legislativas antecipadas, que também contribui e cria incertezas quanto ao desenvolvimento futuro do país, para todas as suas regiões e consequentemente para todos os setores de atividade, nomeadamente, para o setor social. A esperança é que depois do ato eleitoral tenhamos um governo, independentemente da sua composição partidária, que crie mecanismos de desenvolvimento do país e de todos os setores de atividade.

Será, pois, num contexto de grande preocupação e de grande exigência, que iremos apresentar esta nossa proposta de Plano e Orçamento e, se aprovada, ser executada num tempo complicado.

Vamos continuar a seguir princípios de gestão de prudência que permitam continuar a desenvolver a articulação com as políticas públicas, salvaguardando o princípio da contenção dos défices. Ao nível do investimento iremos procurar assegurar a rentabilização do património não estratégico, no quadro das autorizações da Assembleia Geral, que permitam contribuir para aplicar nos investimentos previstos.

Temos plena consciência das dificuldades com que toda a sociedade portuguesa se depara e, por maioria de razão, as instituições de solidariedade social, como as Misericórdias, nas respostas aos mais desfavorecidos da nossa comunidade.

Apesar das dificuldades, que são bastantes, temos de prosseguir a nossa Missão: **a promoção** e o **desenvolvimento** de **respostas sociais** dirigidas à **infância** e à **terceira idade**, ajudando ao desenvolvimento da nossa comunidade, enquanto procuramos ser uma Instituição de referência.

Estamos certos de que com a confiança dos Irmãos e Irmãs, com o empenho dos nossos parceiros, a disponibilidade dos nossos utentes e o apoio dos nossos colaboradores vamos conseguir atingir os objetivos aqui propostos.

Continuaremos a manter com todas as instituições do Estado, da Igreja e da Sociedade Civil o diálogo necessário para se concretizar este esforço de serviço à nossa comunidade. Um esforço que desejamos, como temos reafirmado, participado e que eleve a reputação e o prestígio da Santa Casa da Misericórdia de Tondela na vida da cidade, da região.

2. PRINCÍPIOS GERAIS

As grandes prioridades para 2024 serão sempre de assegurar a sustentabilidade que se consubstancia na sustentabilidade financeira, social, política, ambiental e económica.

Os nossos princípios gerais de gestão vão continuar assentes em princípios de prudência e equilíbrio numa gestão que se deseja atenta e apoiada na objetividade das escolhas e na sua articulação com as políticas públicas.

De acordo com as políticas internas definidas manteve-se a apresentação incluindo todas as áreas de atividade sociais em que a instituição desenvolve a sua missão: Educação e Apoio Social. Uma instituição desta natureza, dimensão e complexidade é, necessariamente, dinâmica.

Não temos dúvidas que o Estado, sozinho, não consegue, por si só, dar resposta a todas as questões que a exclusão social traz para o quotidiano de todos nós.

Temos consciência da necessidade de continuar a acreditar que as instituições como as Misericórdias podem servir Portugal e, dessa forma, servir aqueles portugueses que são os mais esquecidos do poder.

Continuamos a acreditar que a coesão económica e social se constrói todos os dias, na busca permanente dos pilares de uma sociedade mais equilibrada: a justiça e a solidariedade.

Neste sentido, a SCMT continuará o caminho que decidiu trilhar há alguns anos:

- Ser referência na prestação de serviços de qualidade, proporcionando às nossas crianças e idosos elevados níveis de satisfação e bem-estar, com o contributo do permanente desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores;
- Dar ênfase ao controlo e combate ao desperdício;
- Continuar com aquisições controladas, privilegiando o concurso ou a consulta a fornecedores, na procura do melhor preço/qualidade;

- Melhorar o controlo de receção e conferência de bens - utilização/rentabilização de sistemas e equipamentos informáticos;

- Prestar atenção às situações de carência no que se refere às mensalidades dos utentes;

- Incrementar o recebimento das prestações de serviços em atraso;

- Enquadrar possíveis situações no âmbito da Cantina Social.

A SCMT pretende que este Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024, seja um compromisso com a comunidade em geral e, em particular, com os irmãos desta Instituição: **continuar a honrar a nossa missão de acolhimento e tratamento dos utentes, não ignorando a responsabilidade social perante os nossos colaboradores, ou seja, garantindo a sustentabilidade da Santa Casa.**

À Mesa fica a responsabilidade de não desiludir, mas aos Irmãos e aos colaboradores a capacidade de, com coragem, confiar na necessidade de continuarmos a inovar com tranquilidade, mas também com determinação.

A Mesa Administrativa:

Provedor: Carlos Manuel Cortês Henriques da Cunha

Vice-Provedor: Luís Gonzaga Tenreiro da Cruz

Secretária: Maria Isabel Cabral Estrela

Tesoureiro: José António de Oliveira Dias

Vogais efetivos:

Sara Maria da Silva Ribeiro Lopes

Rui Jorge Ribeiro Martins

Maria Eugenia Vicente Costa

Vogais suplentes:

Ricardo José Vicente Carvalho

Ana Isabel da Costa Coimbra Matos

3. O PLANO DE ATIVIDADES

As previsões da Mesa para o ano de 2024 foram elaboradas com base na atividade da Instituição até setembro de 2023, complementadas com a informação que, entretanto, foi ficando disponível relativa às semanas subsequentes. Este orçamento é apresentado de acordo com o normativo contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) não havendo alteração significativa aos critérios de apresentação da última prestação de contas e orçamento.

Continuamos a debater-nos com dificuldades nesta área pois as exigências de qualidade, quer da Segurança Social quer dos utentes e seus responsáveis são cada vez maiores. A obtenção deste resultado depende do valor da atualização das comparticipações da Segurança Social, que esperamos seja concretizada, não só tendo em consideração a estagnação e débil evolução dos últimos anos, mas que também **reflita os custos acrescidos com** uma inflação de preços com impacto brutal nos custos, nomeadamente, da **energia** e da **alimentação e ainda** a atualização da **RMMG**.

Nos últimos anos as instituições da economia social têm tido imensas dificuldades financeiras provocadas pelo desfasamento provocado pelo aumento dos custos, principalmente com pessoal, uma vez que as comparticipações da Segurança Social (Acórdãos de Cooperação) não acompanharam esta evolução (ver quadro – **Evolução das principais receitas e custos em comparação com a RMMG)** e refletir estes sucessivos aumentos de custos nas mensalidades cobradas aos utentes é incomportável, tendo em conta que a quase totalidade das famílias dos nossos utentes (crianças e idosos) são muito carenciadas, com enormes dificuldades, que a pandemia e agora a inflação veio ainda mais agravar.

Não podemos esquecer a disparidade que em cada ano existe entre os catorze salários de cada funcionário e as doze contribuições da Segurança Social.

Evolução das principais receitas e custos em comparação com a Retribuição Mínima Mensal Garantida

							Variação					
	2019	**2020**	**2021**	**2022**	**2023 b)**	**2024**	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024	2019-2023
Prestação de Serviços	648 956,00	615 245,00	595 816,00	645 915,81	698 916,84		**-5,19%**	**-3,16%**	**8,41%**	**8,21%**		**7,70%**
Subsídios, Doações e Legados à Exploração (Seg. Social)	683 351,00	746068,00 **a)**	819495,00 **a)**	830 539,76	794 422,44		**9,18%**	**9,84%**	**1,35%**	**-4,35%**		**16,25%**
Custos de Mercadorias	137 328,00	130 379,00	123 315,00	156 210,20	203 296,68		**-5,06%**	**-5,42%**	**26,68%**	**30,14%**		**48,04%**
Fornecimentos Externos	266 443,00	253 595,00	283 363,00	289 640,00	254 275,92		**-4,82%**	**11,74%**	**2,22%**	**-12,21%**		**-4,57%**
Eletricidade	29 562,00	23 289,00	26 582,00	31 664,22	26 958,36		**-21,22%**	**14,14%**	**19,12%**	**-14,86%**		**-8,81%**
Combustíveis	52 278,00	40 592,00	40 648,90	66 488,02	63 696,20		**-22,35%**	**0,14%**	**63,57%**	**-4,20%**		**21,84%**
Custos com Pessoal	1 099 610,00	1 100 851,00	1 210 785,00	1 347 150,00	1 321 570,70		**0,11%**	**9,99%**	**11,26%**	**-1,90%**		**20,19%**
Salário Minimo Nacional	600,00	635,00	665,00	705,00	760,00	820,00	**5,83%**	**4,72%**	**6,02%**	**7,80%**	**7,89%**	**26,67%**

a) Inclui subsídio da Seg. Social Covid-19 **b)** Valores previstos com base na média mensal até setembro

Pretendemos continuar com uma prestação de um serviço de qualidade que, na maior parte dos casos, não se consegue ligar diretamente aos rendimentos oriundos das mensalidades que os utentes podem pagar. Com efeito, a precariedade das pensões e o aumento do custo de vida das famílias é um problema que reflete as alterações da sociedade atual. Contudo, o aumento das comparticipações dos utentes torna-se absolutamente fundamental e inadiável, para pelo menos diminuir o desequilíbrio económico e ir ao encontro ao cumprimento do quadro normativo cada vez mais exigente.

Outro dos fatores que têm influenciado negativamente esta área é a necessidade de integrar utentes que, em muitos casos, carecem de respostas mais especializadas. A prevalência de grandes dependentes e de utentes com demências tem causado pressão na qualidade dos serviços e na sustentabilidade financeira, problema que deve ser enquadrado devidamente pelas entidades políticas e civis envolvidas e com as quais mantemos interesse em colaborar.

Contudo, o objetivo de prestar serviços de qualidade exige o reforço qualitativo e quantitativo dos quadros de pessoal cujos custos foram devidamente enquadrados no orçamento. A diversificação das equipas técnicas visa a promoção do envelhecimento ativo e a promoção da qualidade de vida dos clientes.

Assinámos o contrato de adjudicação e o auto de consignação da obra prevista na candidatura ao programa PARES 3.0-Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, empreitada que contempla a construção de 6 quartos, um elevador para macas e uma nova lavandaria, num valor global de cerca de 471.000,00€.

Quanto às valências na área da Educação, trabalharemos no sentido de que o serviço continue a ser reconhecido na comunidade.

Continuaremos a desenvolver as medidas necessárias para que seja alargado o acordo com a Segurança Social na valência Creche e que implicará a realização de obras de adaptação nas atuais instalações do infantário, uma medida que simultaneamente ajudará as famílias mais desfavorecidas do nosso concelho e a sustentabilidade da resposta social.

Teremos que continuar a responder às necessidades de manutenção cuidada e rigorosa dos espaços interiores e exteriores das valências.

Repetimos que há sempre algo a acrescentar às aspirações de anos anteriores. É assim que as instituições crescem na inovação e melhoria de cuidados aos utentes. Todavia, as limitações financeiras, que não podemos ignorar, deixam-nos um amargo no desejo face às realidades pretendidas.

Assim, resumimos as atividades para o ano de 2027, que nos propomos concretizar e consolidar dentro, claro está, das condições que o próximo ano nos apresentar:

3.1 – Gestão

- Continuar e alargar a metodologia do programa de consultas tendo em vista as aquisições de bens e serviços para a Santa Casa, com sujeição às regras da Contratação Publica no que se verificar obrigatório.

- Melhorar a disponibilidade de mapas económico–financeiros, a serem presentes às reuniões da Mesa Administrativa, que permitam a análise mais frequente dos dados e perspetivar novas orientações de gestão.
- Continuar a monitorização da entrega de bens e serviços adquiridos, tendo em vista uma análise mais rigorosa das eventuais diferenças e uma ação preventiva atempada.
- Incrementar o recebimento das prestações de serviços em atraso.
- Cumprir e fazer cumprir os Regulamentos Internos das diversas valências.

3.2 – Pessoal

O bom funcionamento de qualquer instituição depende do esforço e cooperação de todos os elementos que nela trabalham, para tal é necessário fomentar espírito de equipa e o sentimento de pertença. Não deverão existir setores estanques.

As(os) colaboradoras(os) devem ser especialistas nas funções que desempenham, mas é importante perceber que sempre que houver necessidade deverão encarar a rotatividade como positiva, até para o próprio enriquecimento profissional.

Daremos prioridade ao cumprimento do plano de formação aprovado em reunião da Mesa Administrativa, como ferramenta fundamental para a valorização dos nossos colaboradores contribuindo para a prestação de um melhor serviço.

Deste modo apontamos os seguintes aspetos a manter e/ou a melhorar:

- **Espírito de Equipa** – colaboradores e equipa técnica deverão trabalhar no mesmo sentido, na busca de um trabalho de contínua interação;

- **Profissionalismo** – procurar que todos os elementos executem as suas funções com rigor, consciência, respeitando os valores da ética e sigilo profissional;
- **Formação Contínua** – é uma componente primordial para o bom desempenho das diversas tarefas executadas, nos diferentes setores da Instituição;
- **Ética** – a postura deve ser cada vez mais no sentido da responsabilidade, seguindo uma conduta de valores, como o respeito pelo outro e salvaguardando informações que devem permanecer em sigilo profissional, esta é uma questão que deverá ser ainda mais trabalhada no meio institucional;
- **Sustentabilidade** – deverá ser feita uma gestão mais consciente dos consumos (alimentação, energia, logística, limpeza e higiene).

3.3 – Recursos financeiros

- Dentro do possível pugnar pelo alargamento dos protocolos de cooperação das valências, nomeadamente:

- Creche de 55 para 102 utentes.

- Lar: de 32 para 41 utentes.

- Solicitar junto da Segurança Social a alteração dos valores de comparticipação por utente do Serviço de ERPI (Lar de Idosos), considerando o grau de dependência dos mesmos e o funcionamento 24 horas/dia, todos os dias da semana, quando as situações o justificarem.

- Continuar as diligências junto da Administração Central, nomeadamente Ministério da Saúde, no sentido de se estabelecer um valor justo para a renda do hospital.

- Manter a dinâmica de forma a garantir a cobrança atempada dos valores das rendas dos imóveis arrendados (Bairro das Colmeeiras; Lugar do Pereiro; Centro Hospitalar Tondela-Viseu e outros).

- Diligenciar pelo pagamento atempado das quotas dos irmãos.

- Diligenciar pelo pagamento atempado das mensalidades dos utentes.
- Atualizar as mensalidades.

3.4 – Património Imobiliário

- Proceder à alienação do património cuja existência não reflita qualquer rentabilidade para a Misericórdia, reinvestindo os valores em melhorias dos atuais ou aquisição de novos equipamentos.
- Criar mecanismos de acompanhamento da utilização dos bens móveis ao serviço da Instituição, prevenindo prejuízos por má utilização.
- Manter a intenção de atualizar o inventário de bens da SCMT.

3.5 – Obras

- Executar o projeto, cuja candidatura mereceu aprovação por parte do ISS.IP e com contrato de financiamento, assinado em maio de 2022, que após processo de contratação pública que decorreu entre abril a junho, nos permitiu já proceder à adjudicação da obra, prevendo-se o seu **início** a 4 de dezembro. Esta empreitada consiste na construção de seis quartos duplos, sem aumentar a capacidade da ERPI, instalação de um elevador de macas e construção de nova lavandaria no Lar de Santa Maria.
- **Criar um espaço físico - <u>Mini ginásio</u>** onde os nossos utentes/clientes de Centro de Dia e ERPI possam executar exercício físico, atividades de animação, com ajudas técnicas (barras, tapetes, bicicleta, entre outras). O salão de Centro de Dia neste momento, não permite ter, por exemplo, barras para apoio à marcha.
- Arranjo do parque (zona exterior ao Salão).
- Continuar a requalificação do Infantário/Jardim de Infância, entretanto objeto de candidatura no âmbito do PRR para a eficiência energética em edifícios de serviços (aguarda-se resultado) e

simultaneamente proceder às necessárias alterações para ampliar a capacidade da Creche.

- Reparações breves em imóveis da SCMT.
- Requalificar o salão/refeitório.

3.6 – Equipamentos

- Adquirir, face às necessidades pontuais de substituição/reposição, mobiliário e material para as diversas valências.
- Manter a intenção de dotar a SCMT de uma sinalética (placas de indicação de horários; sinais de proibição de estacionamento) que permita uma melhor informação a todos.
- Continuar com a aquisição de equipamento necessário que permita uma melhor qualidade da alimentação, tendo em conta a sua confeção, acondicionamento, transporte e conservação.

3.7 – Apoio Social.

- Dar continuidade ao serviço de Cantina Social, em colaboração com a Segurança Social.

3.8 – Qualidade.

Manter a política de qualidade assumida pela SCMT, que passa por:

- Reforçar a eficiência dos serviços prestados nas diferentes valências;
- Promover o bem-estar e a segurança;
- Assegurar a competitividade dos serviços sem descurar qualidade dos mesmos;
- Continuar o programa de qualidade e segurança, promovendo auditorias permanentes, nomeadamente no âmbito do HACCP.

3.9 – Diversos

- Manter a intenção de implementar o serviço de voluntariado.
- Promover passeios com os utentes das valências da infância e terceira idade.
- Promover a animação cultural, com eventual estabelecimento de protocolos com associações culturais e recreativas.
- Efetuar passeio(s) à praia e outros locais, se a pandemia o permitir.
- Realizar a festa de Natal com os utentes das valências da infância e terceira idade.
- Fomentar a realização de atividades conjuntas entre as várias valências com o objetivo de promover o relacionamento entre gerações.
- Continuar com a participação dos utentes das valências da terceira idade, nas celebrações religiosas do dia do doente, Páscoa e Natal.
- Continuar com a celebração religiosa em memória dos irmãos já falecidos.
- Adquirir opas e outros adereços para uso da Irmandade em atividades religiosas e outras atividades.

4 O ORÇAMENTO

4.1 – RECEITA

A origem dos fundos próprios para o ano de 2024, manter-se-ão à semelhança dos anos anteriores. Irão assentar, basicamente em três fontes de receita:

a) Mensalidades – de idosos e também resultantes da frequência das crianças no Infantário;

b) Segurança Social – comparticipações por força dos Acordos de Cooperação;

c) Imóveis – rendimentos (rendas) que se consubstanciam, fundamentalmente, nas rendas dos edifícios do Hospital e ex.- Farmácia do mesmo, ainda que haja outras de valor residual.

d) Outras receitas, tais como, quotizações dos irmãos e donativos assumem valores residuais face ao total das receitas.

4.2 – DESPESA

Uma análise, ainda que superficial, a esta rubrica, deixa de imediato antever que, à semelhança de anos anteriores as **Despesas com Pessoal** têm um peso significativo no Orçamento global. Representam **70,98%** da despesa total. Esta percentagem será ainda maior se acrescentarmos as prestações de serviços na área da saúde (médico e serviços de enfermagem), bem como a prestação de serviços de contabilidade.

É, sem margem para qualquer dúvida, uma área que exige uma permanente atenção e grande preocupação.

4.3 – RENDIMENTOS PREVISTOS

Contas		2024
72	**PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**	**1.642.927,00**
721	QUOTAS UTILIZADORES (MENSALIDADES) - Infância	100.605,00
721	QUOTAS UTILIZADORES (MENSALIDADES) - Terceira Idade	630.885,00
721	QUOTAS UTILIZADORES - Emergência Alimentar/ Cantina Social	951,00
7221	QUOTAS ASSOCIADOS	800,00
725	PROTOCOLOS (ISS,IP - Centro Distrital) - Infância	466.036,00
725	PROTOCOLOS (ISS,IP - Centro Distrital) - Terceira Idade	440.850,00
722/728	OUTROS SERVIÇOS	2.800,00
75	**SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO**	**47.667,00**
7512	SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES (IEFP/Outras)	**20.000,00**
753	DOAÇÕES E HERANÇAS	**2.667,00**
75711	DOTAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS - S.Social	**25.000,00**
78	**OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**	**122.687,00**
781	**RENDIMENTOS SUPLEMENTARES**	**8.000,00**
787	**RENDIMENTOS E GANHOS EM INV.NÃO FINANCEIROS - Rendas**	**82.000,00**
788	**OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**	**32.687,00**
7881	*Correcção Relativa a Exercícios Anteriores*	*4.667,00*
7883	*Imputação de Subsídios de Investimento*	*24.020,00*
7888	*Outros Não especificados*	*4.000,00*
79	**JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES**	**10,00**
7911	JUROSDE DEPÓSITOS E OUTRAS APLICAÇÕES	10,00
	TOTAL RENDIMENTOS	**1.813.291,00**

4.4 – DESPESAS PREVISTAS

Contas		2024
61	**CUSTO DA MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS**	**180.050,00**
62	**FORNECIMENTOAS E SERVIÇOS EXTERNOS**	**264.075,00**
621	**SERVIÇO DE REFEIÇÕES**	**3.073,00**
622	**SERVIÇOS ESPECIALIZADOS**	**77.801,00**
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	**27.379,00**
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**1.298,00**
6223	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	**1.002,00**
6224	HONORÁRIOS	**21.986,00**
6225	COMISSÕES (Bancárias)	**701,00**
6226	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	**25.435,00**
	Veículos	4.553,00
	Equípamento	20.882,00
	Obras	0,00
6228	OUTROS	**0,00**
623	**MATERIAIS**	**55.944,00**
6231	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	**1.618,00**
6232	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	**0,00**
6233	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	**2.193,00**
6234	ARTIGOS PARA OFERTA	**0,00**
6235	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	**42.692,00**
62351/2	*Lavandaria, Limpeza e Higiene*	*41.613,00*
62353	*Saúde, Higiene e Conforto - Utentes*	*1.079,00*
6235/8	OUTROS	**9.441,00**
624	**ENERGIA E FLUÍDOS**	**105.138,00**
6241	ELETRICIDADE	**29.182,00**
6242	COMBUSTÍVEIS	**60.923,00**
62421	*Gasóleo/Gasolina*	*9.955,00*
62423	*Gás*	*50.968,00*
6243	ÁGUA	**15.033,00**
6248	OUTROS	**0,00**
625	**DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES**	**262,00**
6251	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	**0,00**
6258	OUTROS	**262,00**
626	**SERVIÇOS DIVERSOS**	**21.857,00**
6261	RENDAS E ALUGUERES	**11.443,00**
6262	COMUNICAÇÃO	**2.252,00**
6263	SEGUROS	**3.462,00**
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	**0,00**
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	**0,00**
6267	LIMPEZA E PROTEÇÃO AMBIENTAL	**4.467,00**
6268	OUTROS ERVIÇOS	**233,00**
	Sub-Total	**264.075,00**

Contas			2024
63		**GASTOS COM O PESSOAL**	**1.321.570,70**
632		**REMUNERAÇÕES DO PESSOAL**	**1.059.257,00**
	6321	REMUNERAÇÕES CERTAS E ADICIONAIS	1.059.257,00
635		**ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES**	**236.214,00**
	6351	SEGURANÇA SOCIAL	236.214,00
636		**SEGUROS ACIDENTES DE TRABALHOE DOENÇAS PROFISSIONAIS**	**16.023,00**
	6361	PESSOAL	16.023,00
638		**OUTROS GASTOS COM O PESSOAL**	**10.076,70**
	63814	*IEFP - Estágios/Outros*	*7.000,00*
	6389	*Outros*	*3.076,70*
64		**GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO**	**85.800,00**
641		**PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**	**0,00**
642		**ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**	**85.800,00**
68		**OUTROS GASTOS E PERDAS**	**6.400,00**
681		**IMPOSTOS**	
	6819	IMPOSTOS/TAXAS	**1.200,00**
688		**OUTROS GASTOS E PERDAS**	**5.200,00**
	6881	*Correcções de Períodos Anteriores*	2.100,00
	6883	*Quotizações*	300,00
	6882/8	*Outros Gastos e Perdas*	2.800,00
69		**GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS**	**4.100,00**
691/698		**JUROS/OUTROS**	**4.100,00**
		TOTAL GASTOS	**1.861.995,70**

4.6 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAIS

	Demonstração Individual dos Resultados Líquidos Previsionais	2024
72	Prestações de Serviços	1 642 927,00
75	Subsídios, Doações e Legados à exploração	47 667,00
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-180 050,00
62	Fornecimentos e Serviços Externos	-264 075,00
63	Gastos com o pessoal	-1 321 571,00
78	Outros Rendimentos e Ganhos	122 687,00
68	Outros Gastos e Perdas	-6 400,00
	Resultados antes das Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	**41 185,00**
64	Gastos de Depreciações e amortizações	-85 800,00
	Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)	**-44 615,00**
69	Juros e Gastos Similares suportados	-4 100,00
79	Juros e Rendimentos Similares Obtidos	10,00
	Resultado Líquido (Previsional)	**-48 705,00**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos consciência que os tempos que se avizinham são desafiantes para todas as instituições sociais, tendo em consideração a conjuntura socioeconómica e as leis cada vez mais exigentes sem apoios que acompanhem as mesmas. O Estado não acompanha com os apoios que as instituições como a nossa deviam receber para prestar serviços de qualidade ao público que nos dedicamos.

Os aumentos da RMMG (prevê-se um aumento de 60€) para 2024 ameaça, novamente, a nossa sustentabilidade financeira, pois as receitas mantêm-se quase inalteradas, mas as despesas serão cada vez maiores. Os valores dos Acordos de Cooperação estiveram muitos anos estagnados e quando foram aumentados/atualizados, não tiveram em consideração o aumento das despesas ao longo dos anos.

De salientar que existem colaboradoras ao serviço na instituição, algumas delas há mais de 10, 15, 20 e mais anos e que com o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida, **"obrigam-nos"** a atualizar/aumentar os respetivos salários, para que não fiquem a receber também o RMMG, tal como as que têm menos anos de serviço e para promover a motivação.

A Mesa Administrativa, perante estas adversidades será obrigada a tomar medidas conducentes à redução de custos, envolvendo todos os colaboradores na persecução destes objetivos, de modo a garantir a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Tondela.

Para conseguir a sua sustentabilidade a SCMT deverá também ter presente uma estratégia assente em **quatro pilares fundamentais na forma de princípios:**

• **O princípio da regra de ouro orçamental** – só se pede empréstimos para realizar investimento e não financiar despesa corrente, procurando outras parcerias quando elas se identificam com os nossos princípios de solidariedade,

com uma cidadania renovada e assente nos princípios gerais da doutrina social da igreja;

- **O princípio do investimento sustentável** – assegurando o retorno à instituição e proporcionando o cumprimento da sua missão;
- **O princípio do controle do défice por atividade** – possibilitando assegurar o equilíbrio financeiro e económico de cada área operacional;
- **O princípio do controle do crescimento e desenvolvimento da instituição** – através da integração e partilha de serviços.

Tondela, 27 de novembro de 2023

A Mesa Administrativa